



EDITAL

A **ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES** comunica a realização da palestra **“TEMA 1234 STF E AS ALTERAÇÕES PRÁTICAS NA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE”**, uma ação inserida no **PROGRAMA NA LINHA DO PRECEDENTE**, aprovado pelo seu Conselho Técnico, em reunião de 4 de maio de 2026, sob a coordenação dos servidores Miguel da Costa Santos e Vivian Terumi Takata, **no dia 18 de junho de 2026**.

OBJETIVO GERAL: Difundir orientações relevantes para o andamento processual das ações envolvendo medicamentos e as alterações decorrentes do Tema 1234 do STF.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Promover estudo dirigido sobre o Tema 1234 do STF, tendo como ponto de partida o processo de trabalho para análise de questões de competência. Apresentar o roteiro para calcular o valor da causa e *links* relevantes. Analisar os requisitos para o recebimento da petição inicial, com vistas a orientar o trabalho dos que atuam na elaboração de minutas de decisões judiciais. Compreender os requisitos e o momento processual ideal para a análise da antecipação da tutela envolvendo o direito à saúde. Analisar os meios de prova utilizados nas demandas de saúde, avaliando o impacto na formação do convencimento do magistrado. Verificar, de modo prático, roteiro eficaz para o cumprimento da antecipação de tutela, no contexto da aquisição de medicamentos.

PÚBLICO-ALVO: Magistradas e magistrados, servidoras e servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

VAGAS OFERECIDAS: 10.000 (dez mil) vagas para a modalidade a distância.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A participação importará o conhecimento de todas as instruções, tais como se acham estabelecidas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
2. Os servidores do Tribunal de Justiça deverão observar as normas contidas na Portaria Conjunta nº 1, de 3 de setembro de 2012, publicada no DJE em 28/9/2012, págs. 1 a 4 e alteração publicada no DJE em 1º/2/2013, pág. 1.
3. A aula será realizada via *Microsoft Teams*, com acesso em tempo real, dispensado o ato de inscrição, bastando acessar o *link* informado no edital.
4. Os participantes desde já ficam cientes de que não será computada a frequência para aqueles que acessarem a aula por meio de *smartphones* ou *tablets*.
5. Haverá emissão de certificado eletrônico àqueles que apresentarem no mínimo **75% (setenta e cinco por cento) de frequência do total de 2 horas-aula**.
6. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para ejus.eventos@tjsp.jus.br.

PROGRAMAÇÃO:

Data: 18/6/2026 (quinta-feira)

Horário: das 10h às 12h

Tema: Tema 1234 STF e as alterações práticas na judicialização da saúde.

Conteúdo programático: **1. Introdução:** o controle judicial da política pública de medicamentos e um breve resumo do AJI (arranjo jurídico institucional) que deu origem ao acordo e ao acórdão do Tema 1234 STF. Os roteiros anexos ao julgamento do Tema 1234 STF como instrumento jurídico processual. **2. Implementação do acordo e a profunda mudança na judicialização. 2.1. Questões de competência:** classificação dos medicamentos e valor da causa; método prático de classificação a partir dos roteiros anexos ao voto 1234 STF. **2.2. O valor da causa:** roteiro para o cálculo do valor da causa e *links* relevantes para informações. **2.3. Legitimidade de parte passiva:** de volta aos roteiros anexos ao voto 1234 STF. **2.4. Os requisitos para o recebimento da petição inicial:** documentação inicial; roteiro de conferência. **3. Antecipação de tutela:** requisitos e momento ideal para a primeira análise. **4. A questão da prova:** CONITEC, NAT-JUS e perícia judicial. **5. Cumprimento da antecipação de tutela:** roteiro para aquisição de medicamentos.

Palestrante: **Alexandra Fuchs de Araújo** - Juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Doutora e mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Urbanístico pela Escola Paulista da Magistratura. Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1996) e graduação em História pela mesma Universidade (1987). Autora dos livros “Políticas Públicas, Poder Judiciário e Direito à Moradia” e “Participação democrática na Administração: o procedimento da reforma do plano diretor na cidade de São Paulo” e de diversos artigos na área de direito público. Pesquisadora na área de Direito Público associada à Faculdade de Direito da USP.

METODOLOGIA: Aula expositiva, com possibilidade de interação entre participantes e palestrante ao final da aula.

[Clique aqui para acessar o evento](#)